

continuação **8.1 - Relatório de Execução Orçamentária**
Relatório de Execução Orçamentária - 2023 - 474/2022

Recursos	Custeio	Investimento
Repasse Contrato de Gestão/Convênio	186.057.266,71	0,00
Receitas Financeiras	3.316.774,64	0,00
Outras Receitas	88.563,40	0,00
Total de Receitas	189.462.604,75	0,00
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	88.564.491,47	0,00
Serviços de Terceiros	90.023.371,84	0,00
Materiais e Medicamentos	25.876.526,54	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00
Total das Despesas	204.464.389,85	0,00

9 - Imunidade e Contribuições Sociais Usufruídas: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da imunidade do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outras Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463599/2017-21, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 04 de dezembro de 2023, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2024 a 31/12/2026, conforme processo SIPAR nº 25000.181713/2023-91, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em razão da transição para a Lei complementar, a Instituição passou a emitir o Certificado de Imunidade de Pagamento de Contribuições Sociais, apesar de vigente não fazer menção à tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na

portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS-Saúde, a SPDM possui imunidade da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento de PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as imunidades usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das imunidades usufruídas durante o exercício de 2023 se encontram registrados em conta específica de receita e despesa que totalizou R\$ 24.672.189,08 (vinte e quatro milhões seiscentos e setenta e dois mil cento e oitenta e nove reais e oito centavos). **9.1 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2023, da imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 17.717.382,04. Em 2022, a referida imunidade, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 13.661.798,10. **9.2 - Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Imunidade da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal imunidade, também encontra registrada em conta específica de receita, sendo que no exercício de 2023 atingiu um montante de R\$ 5.156,16. Em 2022 o referido valor de receita totalizou R\$ 86.410,68. **9.3 - Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):**

A imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2023 foi de R\$ 6.307.726,74. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2022, esse montante foi de R\$ 5.675.861,63. **9.4 - Imunidade para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - FOPAG):** A Entidade usufruiu da imunidade da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2023 R\$ 641.924,14. Em 2022, esse montante foi de R\$ 582.956,92. **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegadas no montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2023, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.210,04 (dois mil duzentos e dez reais e quatro centavos); enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 21.897,17 (vinte e um mil oitocentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) em 2022 estes valores foram de R\$ 2.215,21 (dois mil duzentos e quinze reais e vinte e um centavos) de trabalho voluntário estatutário, enquanto os outros trabalhos voluntários representou o valor R\$ 4.424,23 (quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e três centavos). **11 - Exigência Social:** Conforme estabelecido o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Barueri, 31 de dezembro de 2023.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da S.P.D.M.

Dr. Paulo Fernando Guimarães Morando Marzocchi

Michele Chaves - Contadora - CRC - SP 325478/O-7

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela ela-

boração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, incluindo mas não limitada a, causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada

de e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria interna e dos procedimentos significativos de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas dos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 03 de abril de 2024. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 25P 024298/O-3,** Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

Dedini S.A. Administração e Participações e Controladas														
CNPJ: 54.360.912/0001-01														
Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)														
Balanço Patrimonial	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Reservas			Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido atribuído a acionistas não controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
		2023	2022	2023	2022		Capital social	Reservas de capital	de reavaliação					
Circulante		147	183	1.665	1.476									
Caixa e equivalentes de caixa	9	23	24	62	71	Saldos em 1º de janeiro de 2022	60.888	22	83.969	140.908	(789.039)	(503.252)	(6.871)	(510.123)
Contas a receber de clientes	10	69	-	429	191	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(383)	-	383	-	-	-
Estoque	11	54	54	54	54	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(8.616)	-	8.616	-	-	-
Impostos a recuperar	12	1	1	747	715	Resultado do exercício	-	-	-	(53.147)	(53.147)	-	(377)	(53.524)
Despesas antecipadas	-	-	-	2	1	Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.888	22	83.586	132.292	(833.187)	(556.399)	(7.248)	(563.647)
Outros créditos	14	-	104	371	444	Saldos em 1º de janeiro de 2023	60.888	22	83.586	132.292	(833.187)	(556.399)	(7.248)	(563.647)
Não circulante		35.531	34.137	428.676	432.546	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(277)	-	277	-	-	-
Realizável a longo prazo:		24.198	22.769	216.089	209.094	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(6.244)	-	6.244	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	643	1.244	Resultado do exercício	-	-	-	(37.503)	-	(37.503)	-	(280)
Mútuo financeiro	13	18.171	16.742	125.697	118.123	Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.888	22	83.309	126.048	(864.169)	(593.902)	(7.528)	(601.430)
Impostos a recuperar	12	-	-	353	346	Demonstração de Resultados								
Depósitos judiciais	15	3	2	439	424	Nota explicativa	Controladora	Consolidado						
Outros créditos	14	6.024	6.025	89.257	89.257	2023	2022	2023	2022					
Investimentos	17	1.064	1.096	430	430	29	-	5.656	5.374					
Propriedades para investimento	18 e 19	10.157	10.160	147.152	148.070	Custos dos produtos vendidos	30	-	-	(12.869)	(14.319)	-	-	-
Imobilizado	20	-	-	64.827	74.774	e dos serviços prestados	30	-	(12.869)	(14.319)	-	-	-	-
Intangível	21	112	112	178	178	Prejuízo bruto								
Total do ativo		35.678	34.320	430.341	434.022	Despesas de vendas	30	-	(7.213)	(8.945)	-	-	-	-
Passivo e patrimônio líquido		47.015	46.335	553.469	549.139	Outras (despesas operacionais líquidas	30 (389)	(398)	(1.571)	(3.169)	-	-	-	-
Circulante		47.015	46.335	553.469	549.139	Resultando da equivalência patrimonial	31	(465)	(13.113)	(469)	(16.052)	-	-	-
Emprestimos e financiamentos	22	-	-	610	648	Provisão para perdas de investimentos	17	(32)	11	-	-	-	-	-
Fornecedores	23	10	8	415	684	de investimentos	17	(35.026)	(36.467)	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	13	13	270	287	Resultado antes das receitas (despesas)									
Impostos e contribuições a receber	24	44.017	43.591	227.517	225.800	financeiras líquidas e impostos	(35.912)	(49.967)	(9.272)	(28.188)	-	-	-	-
Parcelamento de impostos	25	111	110	309.569	307.580	Receitas financeiras	32	1.493	1.285	9.525	8.767	-	-	-
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	11.536	11.031	Despesas financeiras	33	(3.085)	(5.122)	(41.490)	(38.858)	-	-	-
Salários e férias a pagar	-	37	35	664	474	Financeiras líquidas								
Outras contas a pagar	-	2.827	2.578	2.633	2.633	financeiras líquidas	(1.592)	(3.837)	(31.965)	(30.091)	-	-	-	-
Não circulante		582.565	544.384	478.302	448.530	Resultado antes dos impostos								
Emprestimos e financiamentos	22	-	-	610	610	(37.504)	(53.804)	(41.237)	(58.279)	-	-	-	-	-
Fornecedores	23	430	502	755	880	IR e contribuição social correntes	16	-	-	(3)	-	-	-	-
Parcelamento de impostos	25	767	768	48.822	50.775	IR e contribuição social diferidos	16	1	657	3.454	4.758	-	-	-
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	3.149	3.675	Resultado do exercício								
Mútuo financeiro	13	25.153	19.357	337.124	298.320	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	-	-	-	-	-
Provisão para perdas com investimentos em controladas	17	547.357	512.331	11.999	11.796	Resultado do exercício								
Provisão	27	1.618	1.619	69.213	72.667	Resultado atribuído aos:								
Passivos fiscais diferidos	16	7.240	9.807	7.240	9.807	Acionistas controladores	(37.503)	(53.147)	(37.503)	(53.147)	-	-	-	-
Outras contas a pagar	16	7.240	9.807	7.240	9.807	Acionistas não controladores	-	-	-	(280)	(377)	-	-	-
Patrimônio líquido	28	(593.902)	(556.399)	(601.430)	(563.647)	Resultado do exercício								
Capital social		60.888	60.888	60.888	60,888	Demonstrações do resultado abrangente								
Reservas de capital		22	22	22	22	Controladora	Consolidado							
Reservas de reavaliação		83.309	83.586	83.309	83,586	2023	2022	2023	2022					
Ajuste de avaliação patrimonial		126.048	132.292	126,048	132,292	Resultado do exercício	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(864.169)	(833.187)	(864.169)	(833.187)	Resultado abrangente total	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	-	-	-	-
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		(593.902)	(556.399)	(593.902)	(556.399)	Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto								
Participação de não controladores		(7.248)	(7.248)	(7.248)	(7,248)	Controladora	Consolidado							
Total do passivo		629.580	590.719	1.031.771	997,669	2023	2022	2023	2022					
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.678	34.320	430.341	434,022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	(37.503)	(53.147)	(37.783)	(53.524)	-	-	-	-

As Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, estão sendo publicadas na edição de 26/04/2024, no jornal A Tribuna Piracicabana e encontram-se na íntegra à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Guiliano Dedini Ometto Duarte - Diretor-Presidente
 Marcos Dedini Ricciardi - Diretor Vice-Presidente
 Juracy Roberto Sarto - CT CRC 15P18562/O-4